

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E PARTICIPANTES DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 220/2022/SUPEL/RO
Proc. Administrativo nº 0025.374884/2021-91

SANTE COMERCIO E DISTRIDUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 33.038.206/0001-60, com sede na Rua Ipê, nº 2292, bairro: Nova Brasília, cidade de Ji Paraná, Estado de Rondônia/RO, apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Ao recurso administrativo interposto pela empresa GRAFICA PORTO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 15.539.260/0001-07, com sede na Rua Clovis Machado, nº 3171, Bairro: Juscelino Kubitschek, cidade de Porto Velho, estado de Rondônia, em razão de sua inabilitação do certame, conforme as razões a seguir consignadas.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Considerando-se o termo inicial para apresentação das razões recursais em 21/12/2022 (quarta-feira), e o prazo de 03 (três) dias para apresentação de contrarrazões ao recurso administrativo interposto, na forma do subitem 14.2 do edital, tem-se como data limite o dia 23/12/2022 (sexta-feira) para registro da respectiva peça no sistema, conforme registrado em ata.

As contrarrazões do recurso são tempestivas e merecem conhecimento.

II – DA SÍNTESE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Em verdade, a empresa SANTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA restou vencedora do presente certame por ter apresentado todos os documentos necessários à habilitação previsto no edital nº 220/2022, e de ter demonstrado sua capacidade técnica para prestar o serviço objeto da licitação.

A alegação feita pela empresa recorrente não deve prosperar, na medida em que o ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA apresentado pela empresa recorrida atendem aos fins a que se destinam, quais sejam, a de demonstrar a aptidão para participar do certame, não havendo que se falar em desobediência aos termos do edital, conforme descrito no inciso II, do subitem 13.8.1.

Além disso, existem razões nobres a fundamentar a aceitabilidade dos documentos apresentados pela SANTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA. Nesse sentido, vejamos os fundamentos abaixo destacados:

III – DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO

Ao contrário do que quer fazer crer a empresa recorrente, e a despeito do que prevê o Edital Nº220/2022-SUPEL/RO, a empresa SANTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA cumpriu satisfatoriamente a todos os itens do referido Edital, pelo que se sagrou vencedora do certame.

Cumprido de início esclarecer que o atestado de capacidade técnica tem o objetivo de comprovar a capacidade técnica operacional da licitante, quanto à experiência de ter fornecido bens pertinentes e compatíveis ao objeto licitado. Ora, Senhor Pregoeiro (a), a empresa GRAFICA PORTO LTDA EPP tem o objetivo único de tumultuar o certame, pois como é de conhecimento de Vossa Senhoria é possível até mesmo dispensa de demonstração de capacidade técnica operacional (atestado) como requisito de habilitação de licitantes em certames cujos objetos sejam de menor complexidade. Ora, de fato pergunto, qual seria uma complexidade em fornecer uma embalagem de alimento?

Em contramão a empresa GRAFICA PORTO LTDA EPP, apresentou atestado dos seguintes objetos:

a) FOLDERS, PLANFLETO, E CERTIFICADO (SENAC);

b) Faixa Banner (TRT 14ª)

c) Placas em chapa galvanizada (Gov. Rondônia)

d) Adesivo de plotagem, Backdrop, Lona em PVC, Lona para backdrop, placa de sinalização e bandeirola (Gov. Rondônia).

A empresa GRAFICA PORTO LTDA ATESTOU QUE NUNCA FORNECEU OBJETO COMPATÍVEL COM O SOLICITADO, ELA ATESTOU QUE NUNCA FORNECEU NENHUM TIPO DE EMBALAGEM, seja para acondicionar alimento ou outro tipo de objeto, por mais, ela informou que ela mesma produz as embalagens, contudo, em análise ao seu cartão CNPJ é facilmente identificável que a empresa não possui CNAE de fabricação de embalagem alimentar.

Por outro lado, a empresa SANTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, apresentou atestado compatível ao objeto licitado, indicando marca do seu fornecedor PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA, que é especialista em embalagem e é forte no mercado em embalagem alimentar, inclusive uma das maiores fabricantes para acondicionar peixe no Estado do Amazonas.

Outro ponto interessante, na qual a Recorrente tenta de forma ludibria enganar a equipe deste certame, é alegando que a licitante vencedora não apresentou nos seus atestados o quantitativo mínimo de 20% (vinte por cento) estipulado no subitem 13.8.2. Ocorre Vossa Senhoria, que o percentual de 20% deverá ser respeitado ao aplicar o inciso III, do subitem 13.8.1, ou seja, para valores acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), senão vejamos:

“13.8.2. A empresa vencedora deverá apresentar atestado de capacidade técnica COMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICA E QUANTIDADE (....)”

O item em questão estava com preço estimado em R\$ 382.500,00, assim ficando abaixo do limite de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), devendo-se seguir o inciso II, do subitem 13.8.1, no qual o atestado de capacidade técnica deve comprovar tão somente o fornecido anteriormente de materiais compatíveis em características.

OBSERVA-SE, sem exigência de grande raciocínio, assim como 2+2 é 4, QUANDO O LEGISLADOR RELATA A NECESSIDADE DOS 20% em característica e QUANTIDADE, ELE ESTÁ FALANDO DO INCISO III, DO SUBITEM 13.8.1, SE ELE TIVESSE A INTENÇÃO DE INSERIR O INCISO II, DO SUBITEM 13.8.1 teria relatado que o licitante deveria

apresentar atestado de capacidade técnica compatível EM CARACTERÍSTICAS. Assim QUANDO ELE TRATA QUE OS ATESTADOS DEVEM CONTEMPLAR O LIMITE DE 20% ele está tratando do atestado de capacidade técnica compatível em característica E QUANTIDADE, o que se exige para valores acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

Para melhor ilustrar a empresa RECORRENTE, O SUBITEM 13.8.1 é acompanhado de 3 (três) inciso.

I – até 80.000,00 (oitenta mil reais) – FICA DISPENSADA a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica;

II - de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido anteriormente materiais COMPÁTIVEIS EM CARACTERÍSTICAS;

III - acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em CARACTERÍSTICA E QUANTIDADE, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo.

Assim como o subitem 13.8.2 trata de atestado de capacidade técnica compatível em CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES ele está tratando do inciso III, pois o inciso III que exige que atestado de capacidade técnica seja compatível em CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADE, neste caso o respectivo normativo declina para aplicabilidade dos 20%, se assim não fosse, ele estaria forçando que nos casos do inciso II, do subitem 13.8.1 deveria apresentar atestado de capacidade técnica compatível em características e QUANTIDADE.

Desta "forma, o atestado solicitado foi enviado junto aos demais documentos de habilitação, em arquivo compactado no formato "rar", atendendo à cláusula do edital, no seu subitem 13.8.1, inciso II, restando cumprido, portanto, famigerado item alusivo à qualificação técnica da recorrente. Vejamos o texto consignado no edital:

13.8.1. Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, (declaração ou certidão) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto da licitação, observando-se para tanto o disposto na Orientação Técnica 01/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017.

[...]

II - de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido anteriormente materiais compatíveis em características;

[...]

Em resumo, a empresa SANTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA atendeu completamente o instrumento convocatório, encaminhado junto a sua proposta atestado de capacidade técnica compatível com o objeto licitado, para fins de cumprimento da qualificação técnica, consigna o número de 250 caixas de papelão - via SEDEX, 20 caixa montáveis e 100 mini - embalagens, equipamentos similares em características.

Quanto ao reconhecimento de firma, nos atestado de capacidade técnica, já é corriqueiro o entendimento do STJ, TCU e demais tribunais que a ausência de reconhecimento de firma É MERA IRREGULARIDADE DE FORMA, PASSÍVEL DE SER SUPRIDA EM CERTAME LICITATÓRIO, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

O que vejamos:

STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 947953 RS 2007/0100887-9 (STJ)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. MERA IRREGULARIDADE. 1. Trata-se de documentação - requisito de qualificação técnica da empresa licitante - apresentada sem a assinatura do responsável. Alega a recorrente (empresa licitante não vencedora) a violação ao princípio de vinculação ao edital, em razão da falta de assinatura na declaração de submissão às condições da tomada de preços e idoneidade para licitar ou contratar com a Administração. 2. É fato incontroverso que o instrumento convocatório vincula o proponente e que este não pode se eximir de estar conforme as exigências apresentadas no Edital. Devem estar em conformidade com o documento administrativo, tanto a qualificação técnica, como a jurídica e a econômico-financeira. 3. Porém, há de se reconhecer que, a falta de assinatura reconhecida em um documento regularmente apresentado É MERA IRREGULARIDADE - principalmente se o responsável pela assinatura está presente no ato para sanar tal irregularidade. Precedente. 4. Recurso especial não provido.

STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 542333 RS 2003/0106115-0 (STJ)

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO.

1. A ausência de reconhecimento de firma é mera irregularidade formal, passível de ser suprida em certame licitatório, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

2. Recurso especial improvido. " (REsp 542.333/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/10/2005, DJ 7/11/2005, p. 191)"

Tribunal de Justiça do Ceará TJ-CE - Mandado de Segurança Cível: MSCIV 0632453-93.2019.8.06.0000 CE 0632453-93.2019.8.06.0000

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE REQUISITOS FORMAIS. DOCUMENTO SEM AUTENTICAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO PARA A ADMINISTRAÇÃO. VÍCIO SANÁVEL. PRECEDENTES DO STJ. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E DOS PRIMADOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

"Tribunal de Justiça do Paraná TJ-PR - Reexame Necessário: REEX 15056532 PR 1505653-2 (Acórdão)

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em manter a sentença em reexame necessário. EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS. DESCLASSIFICAÇÃO.AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA NA PROPOSTA DE PREÇOS. OFENSA À RAZOABILIDADE E À PROPORCIONALIDADE.CONFIGURAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE.À luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a eliminação de candidato em processo licitatório por inobservância de determinada formalidade configura medida excessiva, quando não importa em elemento essencial para a concretização do interesse público. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 5ª C.Cível - RN - 1505653-2 - Assis Chateaubriand - Rel.: Nilson Mizuta - Unânime - - J. 24.05.2016)"

Somado a isso, a Lei 9.784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal disciplina que:

Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

Por fim e não menos importante o Tribunal de Contas da União já orientou em sentido similar à Lei 9.784/1999, acima citada, da não exigência de reconhecimento de firma quando não houver lei expressa neste sentido:

“Ressalvada imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.”

(Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília, 2010, pag. 464)”
Mais a mais o Art. 408, caput, do Novo CPC, trata que a assinatura de documento particular implica na presunção de veracidade para aquele que assinou. Ou seja, constitui prova documental em relação ao signatário. A presunção, todavia, é relativa. E poderá, portanto, ser discutida em juízo.

A Administração Pública, além de garantir a observância dos primados da legalidade, deve-se PRIMAR PELA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO e dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e não se ater a formalismo total, não merecendo prosperar as alegações da licitante recorrente.

Assim, a bem da verdade, a licitante recorrente apenas está insatisfeita por ter sido desclassificada no pregão em epígrafe, e por isso mesmo vem a todo custo, como último expediente, tentar reverter o resultado da licitação cuja proposta vencedora não conseguiu superar.

E mais, o eventual acolhimento do recurso, causaria grande prejuízo para administração, pois, após análise atenta da documentação apresentada pelos demais licitantes, oferece a impossibilidade de adjudicação a todas as empresas do certame, com exceção da SANTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, POIS NENHUMA DAS LICITANTES POSSUI ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO. O que, por consequência, deveria ser declarada fracassada o respectivo item 16, o que indubitavelmente gerará prejuízos para a Administração, à qual a licitante vencedora, ora recorrida, compromete-se a fornecer o objeto de modo adequado e satisfativo, visando à supremacia do interesse público.

Assim, diante dos argumentos que trouxe à baila, inabilitar a impetrante unicamente pela razão que alega a recorrente, constituiu-se, no caso concreto, em excluir a proposta que seria menos onerosa à Administração Pública, afastando-se do principal objetivo da licitação em questão, qual seja selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, caso contrário isso acarretaria a irrelevância do puro e simples “formalismo” do procedimento.

Ainda, no certame em comento não há qualquer situação, documento ou informação que atinja diretamente a competitividade e a isonomia entre os participantes da licitação, o que permitiu ao ente público a buscar a classificação da proposta mais vantajosa, permitindo, assim, julgar de forma objetiva as propostas apresentadas. De modo que foi correta, legal e adequada a HABILITAÇÃO da recorrida, além de correta, legal e adequada a DESCLASSIFICAÇÃO da recorrente.

Por fim, destaca-se que o formalismo exagerado não deve ser galgado a um patamar absoluto, intransponível, que possui o condão de, por si só, inadmitir atos do particular ou invalidar atos da Administração Pública. Assim, uma vez observados os princípios licitatórios, mormente o da isonomia, como já relatado, atingindo o ato (do particular ou da Administração Pública) os fins a que se destina, tem-se por incabível a sua inadmissão, sob pena de se adotar o formalismo exagerado. Desta forma, os argumentos trazidos à baila aqui demonstrados devem ser considerados uma vez que a recorrida atendeu todos os requisitos do edital.

IV – DA CONCLUSÃO

Nestes termos, temos que o recurso oposto pela empresa GRAFICA PORTO LTDA EPP não deve prosperar, prosseguindo-se o certame com a homologação da empresa SANTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.

Em seguida, não há que se falar em fazer subir a autoridade competente, uma vez que não preenchido os requisitos previstos no art. 13, inciso IV do Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como não foi requerido pela parte recorrente.

Em caso de conhecimento do recurso, o que NÃO acreditamos que ocorra, requeremos desde logo, que seja o presente recurso submetido à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor;

Nestes termos,
Pede deferimento.

Jl-PARANA, 23 de dezembro de 2022.

Vivianne Monteiro Ribeiro
CPF 009.649.982-62
Sócia e Administradora

Voltar